

## **REGULAMENTOS**

### **6. REGULAMENTO DE INCENTIVOS À NATALIDADE E À ADOÇÃO - PROGRAMA “BRAGA MAIS FAMÍLIA”.**

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, tendo em vista a aprovação da Assembleia Municipal da redação final do Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção - Programa «BRAGA MAIS FAMÍLIA», em anexo, ao abrigo do artigo 241.º da CRP e do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei nº 75/2013 e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.

## **PROPOSTA**

Considerando que:

- Os estudos que têm vindo a ser realizados evidenciam, que Portugal enfrenta uma crise demográfica traduzida no decréscimo da população em geral, e da população ativa, em particular, além de um envelhecimento progressivo;

- É necessário desenvolver políticas que permitam reverter ou atenuar a tendência da baixa taxa de natalidade, considerando-se que a demografia e a sua dinâmica são uma componente fundamental da estrutura, do funcionamento e da evolução económica e social de uma região;

- Se verifica que a diminuição da natalidade, associada ao envelhecimento da população, tem sido uma das principais problemáticas no centro das discussões e debates atuais, apresentando-se como um dos temas que coloca grandes desafios aos governantes pelo seu impacto no desenvolvimento social e económico dos Estados.

- O Município de Braga tem vindo a assumir um papel importante e relevante nesta área, implementando diversas medidas de apoio às famílias, pretendendo, com este regulamento implementar um incentivo à natalidade, sem prejuízo das medidas de fundo que deverão ser criadas e implementadas pelos Governos. Urge adotar medidas concretas que contribuam para salvaguardar o futuro geracional da população do Município de Braga, e que o tornem um território socialmente mais apelativo para residir;

**PROPONHO:**

Que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal o **REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE E À ADOÇÃO (PROGRAMA «BRAGA MAIS FAMÍLIA»).**

Município de Braga, 06/01/2023

O Presidente da Câmara,

**Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

**Assunto:** Aprovação da redação final do Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção (Programa «BRAGA MAIS FAMÍLIA»), para efeitos de submissão à Assembleia Municipal de Braga

**N.º Informação interna:** 434

**Data:** 06/01/2023

**Considerando que:**

- A. Em 14.12.02022, o Executivo Municipal deliberou aprovar o início do procedimento regulamentar que tinha por objeto a criação do intitulado “Programa Braga Mais Família”, consubstanciado no Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção;
- B. A publicação ocorreu pelo Aviso n.º 39/2022 no site do Município a 22.12.2022, onde se fixava o prazo de 10 dias úteis para a formulação de contributos ou sugestões que pudessem ser considerados no âmbito do regulamento em curso;
- C. No prazo estipulado para o efeito, não se constituíram interessados.
- D. Entendeu-se ser de dispensar o período de consulta pública, nos termos dos artigos 100º e 101º do CPA, uma vez que, não compareceram quaisquer interessados que devessem ser ouvidos em audiência dos interessados, e também porque tal não se justifica, atenta a natureza da matéria regulada, já que a matéria regulada não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes prevê a atribuição de um apoio financeiro a alguns munícipes, pelo que a situação não tem enquadramento legal na obrigatoriedade prevista nos sobreditos artigos.
- E. O Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP;
- F. O Município detém atribuições na área da saúde e promoção e desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;
- G. De acordo com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do Município;
- H. Nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cabe à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do Município;
- I. O projeto de regulamento está em condições de ser submetido a apreciação dos órgãos municipais;

**Assim:**

**Propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, o Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção em anexo, que faz parte integrante da presente proposta, verificados que estão todos os pressupostos da sua fase preparatória.**

As juristas, gestoras do procedimento,



## **REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE E À ADOÇÃO**

### **Programa «BRAGA MAIS FAMÍLIA»**

#### **Nota Justificativa**

A Constituição da República Portuguesa (CRP) preceitua no n.º 1 do seu artigo 67.º que “a família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros”.

É portanto, constitucionalmente reconhecido o indispensável papel da família na nossa sociedade, importando criar condições que propiciem o exercício das suas funções com maiores e melhores garantias, favorecendo a existência de mais famílias estáveis, saudáveis e equilibradas; tal significa que as políticas públicas devem estar atentas aos sinais e às necessidades das famílias, nomeadamente no que diz respeito à renovação de gerações.

Os estudos que têm vindo a ser realizados evidenciam, que Portugal enfrenta uma crise demográfica traduzida no decréscimo da população em geral, e da população ativa, em particular, além de um envelhecimento progressivo.

Neste sentido, verifica-se que a diminuição da natalidade, associada ao envelhecimento da população, tem sido uma das principais problemáticas no centro das discussões e debates atuais, apresentando-se como um dos temas que coloca grandes desafios aos governantes pelo seu impacto no desenvolvimento social e económico dos Estados.

Mostra-se, desta forma, necessário desenvolver políticas que permitam reverter ou atenuar a tendência da baixa taxa de natalidade, considerando-se que a demografia e a sua dinâmica são uma componente fundamental da estrutura, do funcionamento e da evolução económica e social de uma região.

Sendo as autarquias locais o o poder político mais próximo das famílias e, portanto, dos cidadãos, devem ser estas a acompanhar e perceber melhor as suas necessidades e o interesse e relevância das políticas públicas neste âmbito.

Convicto da importância estratégica nesta matéria, o Município de Braga tem vindo a assumir um papel importante e relevante nesta área, implementando diversas medidas de apoio às famílias, pretendendo, com este regulamento implementar um incentivo à natalidade, sem prejuízo das medidas de fundo que deverão ser criadas e implementadas pelos Governos. Urge adotar medidas concretas que

contribuam para salvaguardar o futuro geracional da população do Município de Braga, e que o tornem um território socialmente mais apelativo para residir.

No que concerne à ponderação dos custos e benefícios da medida projetada nos termos do disposto no artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), tratando-se de um incentivo à natalidade e adoção que visa atenuar os efeitos negativos de um grave problema com que as sociedades atuais se confrontam com fortes impactos no desenvolvimento económico e social, considera-se evidente que os benefícios expectáveis resultantes da implementação da medida de incentivo ultrapassarão os custos associados à medida que se pretende implementar.

Em cumprimento do disposto no artigo 98.º do CPA foi publicitado, no sítio do Município de Braga, na Internet, o início do procedimento administrativo relativo ao presente projeto de Regulamento, para constituição dos interessados que entendessem apresentar os seus contributos.

Neste contexto, foi elaborado o presente projeto de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade e Adoção e submetido à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 25.º n.º 1 alínea g) do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Assim, considerando as atribuições do Município, consignadas no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através das alíneas g) e m), do n.º 2, do artigo 23.º, entendeu -se por adequado proceder à elaboração do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Adoção, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (Poder Regulamentar) e nos termos do disposto nas alíneas k) e u) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **Artigo 1.º Lei Habilitante**

O Regulamento de Incentivo à Natalidade e Adoção, adiante designado por Regulamento, é elaborado ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com a alínea g) e m), do n.º 2, do artigo 23.º, alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) e u) do n.º 1 e artigo 33.º ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

### **Artigo 2.º Âmbito e Objetivo**

1. O Regulamento visa fixar as condições de atribuição do apoio à natalidade e adoção, destinado a incentivar a natalidade e adoção no Município de Braga.

2. O incentivo à natalidade e adoção referido no número anterior efetua-se através da atribuição de um apoio financeiro, na modalidade de reembolso das despesas efetuadas, numa única prestação, mediante comprovativo das despesas efetuadas, previstas no artigo 9.º, até perfazer o valor máximo previsto para cada candidatura.

### **Artigo 3.º Aplicação e beneficiários**

1. O apoio previsto no presente regulamento, destina-se a crianças nascidas entre 1 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023, que integrem agregados familiares com residência fiscal em Braga, no mínimo, há um ano antes da data de nascimento.
2. O apoio destina-se ainda a crianças com idade igual ou inferior a 6 anos e que sejam adotadas, entre 1 janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023, desde que integrem agregados familiares com residência fiscal em Braga, no mínimo, há um ano antes da data de adoção.
3. O apoio é atribuído em tranche única, por cada nascimento ou adoção, de acordo com as condições estabelecidas no presente Regulamento.
4. São beneficiários os indivíduos isolados ou inseridos em agregados familiares residentes no Município de Braga, desde que preencham os requisitos necessários e obrigatórios para a concessão do apoio e definidos no presente Regulamento.

### **Artigo 4.º Legitimidade**

Podem requerer o apoio previsto no regulamento as seguintes pessoas:

- a) Um dos progenitores, casados ou que vivam em união de facto, com quem a criança resida;
- b) O/A progenitor/a que tiver a guarda da criança e o possa provar;
- c) Qualquer pessoa singular a quem, por decisão judicial ou administrativa das entidades ou organismos legalmente competentes, a criança esteja confiada e com quem a mesma resida, nomeadamente por adoção.

### **Artigo 5.º Valor do Apoio**

1. O valor máximo do apoio a atribuir é de 200,00€ (duzentos euros), sempre que ocorra o nascimento ou adoção de uma criança.
2. O pagamento do montante previsto no numero anterior será efetuado por transferência bancária.

3. O pagamento será efetuado numa única prestação, mediante comprovativo das despesas efetuadas, e melhor previstas no artigo 9.º, até perfazer o valor máximo previsto no n.º1.

### **Artigo 6.º Candidatura**

1. O pedido de apoio é apresentado através do preenchimento de formulário próprio (constante como Anexo I ao presente regulamento), entregue no Balcão Único da Câmara Municipal, ou remetido por correio ou via eletrónica.
2. O pedido deverá ser instruído com os seguintes documentos:
  - a) Apresentação dos documentos de identificação de todos os elementos do agregado familiar (cartão de cidadão, bilhete de identidade ou outro documento comprovativo de identidade);
  - b) Apresentação dos NIF's (números de identificação fiscal) no caso de não terem cartão de cidadão;
  - c) Apresentação da Certidão de Nascimento/Assento de Nascimento;
  - d) Documento comprovativo do domicílio fiscal, atestando a residência no Concelho de Braga há pelo menos 1 (um) ano antes do nascimento da criança, emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira;
  - e) Comprovativo da decisão judicial ou administrativa das entidades ou organismos legalmente competentes de que a criança lhe esteja confiada (nas situações aplicáveis). Nas situações de mães solteiras ou guarda partilhada deverá ser apresentado pelo outro progenitor uma declaração de que prescinde do apoio em prole do requerente;
  - f) Comprovativo de IBAN (Internacional Bank Account Number), emitido pela entidade bancária em nome do beneficiário;
  - g) Documentos originais comprovativos da realização da despesa (fatura/recibo, recibo ou venda a dinheiro fiscalmente aceite e que terá de incluir obrigatoriamente número de contribuinte), devidamente discriminada, nos termos do disposto no artigo 9.º;
3. O Município pode, complementarmente, solicitar outros documentos ou promover diligências que se revelem imprescindíveis à análise e avaliação da candidatura.
4. O pedido é liminarmente rejeitado se não for instruído nos termos dos números anteriores e não for regularizado no prazo que for concedido para o efeito.

### **Artigo 7.º Prazos de Candidatura**



1. A candidatura deve dar entrada no Município com todos os documentos previstos no artigo anterior, no prazo máximo de 3 (três) meses após o nascimento da criança, ou, no mesmo prazo a contar da decisão judicial ou administrativa definitiva das entidades ou organismos legalmente competentes, que defina a quem a criança é confiada.
2. Para os nascimentos e adoções ocorridos no primeiro trimestre de 2023, o prazo referido no número anterior, poderá ocorrer até 30 de junho de 2023.
3. Excecionalmente poderá admitir-se um prazo superior ao referido no número 1, desde que devidamente fundamentado e após despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador com competência delegada, sobre a admissão nessa circunstância.

#### **Artigo 8.º Finalidades do Apoio**

O apoio previsto no presente regulamento destina-se a reembolsar as despesas com bens e serviços consideradas indispensáveis ao desenvolvimento da criança, efetuadas na área do Município de Braga.

#### **Artigo 9.º Despesas Elegíveis**

- 1- Consideram -se despesas elegíveis as realizadas na área do Município de Braga, nomeadamente com consultas médicas, medicamentos, artigos de higiene, puericultura, mobiliário infantil, equipamento, alimentação, vestuário e calçado.
- 2- Sem prejuízo do previsto no número anterior, poderão ser aceites despesas efetuadas fora do concelho, desde que comprovada a inexistência da resposta no concelho.
- 3- Poderão eventualmente ser aceites outros produtos não mencionados nos números anteriores, desde que fique devidamente comprovado que se destinam à criança e se revelem indispensáveis ao seu bem-estar ou saúde.

#### **Artigo 10.º Apreciação das Candidaturas**

1. O pedido será analisado por uma Comissão, composta por 3 técnicos do Município, designados pelo Presidente da Câmara.
2. Sempre que necessário e para análise do pedido, poder -se -á complementar a instrução com outras diligências que se entenderem necessárias.

3. Os/as requerentes serão notificados da decisão que vier a ser tomada acerca do pedido.

### **Artigo 11.º Pagamento**

1. O pagamento do incentivo será efetuado numa única prestação.
2. Caso a soma das despesas seja inferior ao valor máximo definido por beneficiário, o montante do incentivo a conceder corresponderá ao valor dos documentos apresentados.
3. Os documentos comprovativos da realização das despesas mencionadas nos números anteriores podem respeitar a compras efetuadas nos 3 meses anteriores ao nascimento da criança ou data da adoção.
4. As faturas deverão ser emitidas em nome de quem tenha legitimidade para requerer o incentivo, ou ainda em nome da própria criança, após o seu nascimento ou data da adoção.

### **Artigo 12.º Falsas Declarações**

A prestação de falsas declarações por parte do/a requerente, para além de outras consequências legalmente previstas, obriga à imediata restituição da quantia indevidamente recebida.

### **Artigo 13.º Proteção de Dados**

1. No ato de submissão da candidatura, o/a requerente deve declarar que autoriza expressamente a sua utilização para os fins contidos no presente regulamento.
2. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para a tramitação do procedimento de concessão do incentivo à natalidade e à adoção em concreto, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
3. Todos os dados pessoais ao abrigo deste regulamento destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados pelo Município de Braga, na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
4. Na aplicação do presente Regulamento são objeto de tratamento dados pessoais como o nome, número de identificação fiscal, morada, endereço eletrónico, contacto telefónico, número de identificação bancária, certidão de nascimento, e outros que se mostrarem necessários para efeitos

de aferição da legitimidade, a localização, freguesia, e os documentos instrutórios específicos necessários para efeitos de análise e decisão do procedimento.

5. Cada uma destas categorias de dados pessoais é objeto de tratamento adequado, pertinente e estritamente necessário a prossecução da finalidade indicada, garantindo que os dados inexatos serão apagados ou retificados sem demora.

6. O Município de Braga aplica, tanto no momento de definição dos meios de tratamento de dados como no momento próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas que possam assegurar os adequados níveis de segurança e de proteção dados pessoais dos titulares, nos termos dos artigos 25.º e 32.º do Regulamento (UE) n. 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

7. Esta obrigação aplica-se à quantidade de dados pessoais recolhidos, à extensão do seu tratamento, ao seu prazo de conservação e à sua acessibilidade, assegurando que os dados pessoais não sejam disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas singulares.

8. Os dados pessoais, por regra, serão conservados apenas pelo período de tempo necessário e no âmbito das finalidades para as quais são recolhidos.

9. Os titulares dos dados pessoais têm direito a aceder à informação sobre o(s) tratamento(s) dos seus dados, a retificá-la se não estiver correta, ou até apagá-la. Além destes direitos designados e protegidos no RGPD como Direito de Informação, Direito de Acesso, Direito de Retificação e Direito de Apagamento, os requerentes têm ainda Direito à Limitação de Finalidades, à Minimização dos Dados a Portabilidade e a Não Sujeição a Decisões Individuais Automatizadas, os quais podem ser exercidos no respeito pelos normativos aplicáveis junto do Responsável pelo Tratamento, ou então objeto de exposição ao Encarregado de Proteção de Dados ou reclamação à Autoridade Nacional de Controlo (concretamente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados), bem como eventuais violações podem ser fundamento de pedido de indemnização junto das instâncias jurisdicionais competentes.

#### **Artigo 14.º Dúvidas ou Omissões**

Todas as dúvidas ou omissões ao presente regulamento serão resolvidas pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga.

### **Artigo 15.º Entrada em Vigor**

O presente Regulamento entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.

#### **O pedido deve ser instruído com os seguintes documentos:**

- Documentos de identificação de todos os elementos do agregado familiar (cartão de cidadão, bilhete de identidade ou outro documento comprovativo de identidade);
- Apresentação dos NIF's (números de identificação fiscal) no caso de não terem cartão de cidadão;
- Apresentação da Certidão de Nascimento/Assento de Nascimento;
- Documento comprovativo do domicílio fiscal, atestando a residência no Concelho de Braga há pelo menos 1 (um) ano antes do nascimento da criança, emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira;
- Comprovativo da decisão judicial ou administrativa das entidades ou organismos legalmente competentes de que a criança lhe esteja confiada (nas situações aplicáveis). Nas situações de mães solteiras ou guarda partilhada deverá ser apresentado pelo outro progenitor uma declaração de que prescinde do apoio em prole do requerente;
- Comprovativo de IBAN (Internacional Bank Account Number), emitido pela entidade bancária em nome do beneficiário;
- Documentos originais comprovativos da realização da despesa (fatura/recibo, recibo ou venda a dinheiro fiscalmente aceite e que terá de incluir obrigatoriamente número de contribuinte), devidamente descriminada;